

**OS NOVOS DESAFIOS DAS POPULAÇÕES  
AGROEXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA DIANTE DA  
INSTALAÇÃO DA EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE  
NA REGIÃO TOCANTINA MARANHENSE**

**THE NEW CHALLENGES OF AGRO-EXTRACTIVIST  
POPULATIONS IN THE AMAZON REGARDING THE  
INSTALLATION OF COMPANY SUZANO PAPEL AND  
CELULOSE IN THE REGION TOCANTINA MARANHENSE**

**Vicente Eudes Lemos Alves<sup>1</sup> & Mariana Leal Conceição Nóbrega<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Prof. Dr. do Dpto de Geografia (DGEO)  
Instituto de Geociências (IG) – UNICAMP

Endereço para correspondência: Rua João Pandiá Calógeras, 51, Cidade Universitária  
– Barão Geraldo – Campinas (SP), CEP: 13083-870. Telefone: (19) 35214579, Brasil  
E-mail: veudes@ige.unicamp.br

<sup>2</sup>Agrônoma e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) –  
Instituto de Geociências (IG) – UNICAMP

Endereço: Rua João Pandiá Calógeras, 51, Cidade Universitária – Barão Geraldo –  
Campinas (SP), CEP: 13083-870. Telefone: (19) 35214579, Brasil  
E-mail: mariananobrega@ige.unicamp.br

Recebido 31 de Março de 2016, aceito 13 de Março de 2018

**RESUMO** - O presente texto pretende discutir os processos de resistência de populações agroextrativistas na microrregião de Imperatriz – MA, denominada de Região Tocantina Maranhense, notadamente, trabalhadores rurais e quebradeiras de coco, diante das estratégias empresariais em curso na região. Destaca-se, em especial, a ação da empresa Suzano Papel e Celulose, inaugurada em 2014, no município de Imperatriz (MA). A ação empreendida pela empresa indica que aumentará vertiginosamente a procura por matéria-

prima derivada dos monocultivos de eucaliptos e a eliminação da vegetação original de cerrados e de floresta equatorial, com ameaças à permanência dos modos de vida das comunidades agroextrativistas locais. Observa-se que a instalação desse complexo agroindustrial vem produzindo importantes impactos ambientais e socioespaciais nas diversas comunidades agroextrativistas da região. Além disso, projeta-se também o acirramento dos conflitos agrários envolvendo, de um lado, a própria Suzano, as empresas do agronegócio, os madeireiros, os grileiros e as mineradoras e, de outro, as comunidades camponesas agroextrativistas, que possuem intensos usos dos espaços onde hoje expande a produção de monocultivos de espécies vegetais arbóreas não originárias do Brasil.

**Palavras-Chave:** Amazônia Maranhense, empresas hegemônicas, monocultivos de eucalipto, populações agroextrativistas.

**ABSTRACT** - The following text intends to discuss the resistance processes of the agro-extractivist populations in the micro-region of Imperatriz in the State of Maranhão, dominated by the Tocantina Maranhense Region; notably, the rural workers and women the babaçu coconut breakers, in perspective of business strategies underway in the region. Highlighting in specific, the actions of Suzano Papel and Celulose inaugurated in 2014, in the municipality of Imperatriz (Maranhão). The action undertaken by the company indicates a vertiginously increase in search of raw material derived from monocultures of eucalyptus and the elimination of the original vegetation of the savanna and the equatorial forest, with treats to the permanence of the livelihood of the local agro-extractive communities. It is observed that the installation of this agro-industrial complex has produced important environmental and socio-spatial impacts in the diverse agro-extractive communities of the region. In addition, the agrarian conflicts involving on one end, its own Suzano and other agribusiness companies, the loggers, the *Grileiros* and the miners; on the other hand, agro-extractive peasant communities, which has intense uses of spaces where today expand the production of monocultures of species of vegetation and trees no of Brazilian origin.

**Keywords:** Maranhense Amazon, hegemonic companies, monocultures of eucalypto, agroextractive populations.

## INTRODUÇÃO

*“(...) Por causa de uma palavra: empoderamento da classe trabalhadora do campo e da cidade, para ter domínio do que é seu, do que é nosso, é aquela questão... E eu continuo com essa mesma batalha e quero convidar vocês tudinho para essa luta, porque nós precisamos saber como nós vamos nos empoderar do que temos direito, do que é nosso. Por quê? Porque somos brasileiros e brasileiras, somos donos dessa riqueza. Somos donos dela. Somos donos do trabalho, somos donos da universidade, somos donos de tudo que está aí. Somos donos das fábricas, somos donos de tudo. Por que a gente não se empodera do que é nosso?” (Manoel da Conceição. In: ARAÚJO, 2010, p.317)*

O presente artigo tem como objetivo discutir os impactos nas comunidades agroextrativistas e nos ecossistemas locais diante do avanço da produção de monocultivos de espécies vegetais arbóreas exóticas na região tocantina maranhense<sup>1</sup>, especialmente com a recente instalação, em 2014, da planta

<sup>1</sup> Segundo a divisão regional do IBGE (2010) a mesorregião oeste do Maranhão é constituída por três microrregiões: Imperatriz, Gurupi e Pindaré. Para efeito deste estudo, utilizaremos como referência a microrregião de Imperatriz, a qual é constituída pelos municípios de Açailândia, Amarante do Maranhão, Arame, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Grajaú, Gov. Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lageado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, Senador La Roque, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, Sítio Novo, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. A microrregião de Imperatriz é denominada de Região Tocantina Maranhense, decorrente do fato do Rio Tocantins, além de passar por seu principal sítio urbano, Imperatriz, ainda atravessa os municípios de Carolina, Estreito e Porto Franco.

de fábrica da Suzano Papel e Celulose. Busca-se entender de que maneira a presença dessa empresa – que induz a expansão dos monocultivos de eucaliptos – e de outras empresas hegemônicas altera a dinâmica econômica e a organização do modo de vida das comunidades rurais da região. O avanço dos monocultivos de árvores, notadamente as de eucalipto, na região tocantina maranhense, inaugura, nesse sentido, um novo momento do processo de ocupação do território maranhense. Isso porque essa atividade econômica passa a ocupar, ascendentemente, grandes extensões de áreas do estado aproveitadas anteriormente para distintos usos: florestas nativas, pastagens para a pecuária extensiva e cultivos de arroz. Além dos usos realizados pelas populações agroextrativistas que historicamente dispõem de tais espaços para a reprodução de suas vidas, a partir do aproveitamento das diversas possibilidades oferecidas pela terra e pelos outros bens naturais existentes.

A tentativa de imposição pelas empresas mineradoras, madeireiras e pelos grandes produtores rurais de uma nova lógica produtiva na região, que passa a não respeitar as dinâmicas ambientais e sociais locais e que avança sobre as terras onde se pratica a agricultura de autoconsumo e o extrativismo pela população camponesa, vem se revelando como uma importante força de desarticulação dos modos de vida regionais. Entretanto, são evidentes os processos de resistência das populações agroextrativistas da Amazônia Maranhense<sup>2</sup>, notadamente aquelas associadas aos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco, diante das estratégias empresariais em curso na região. As formas de organização e de lutas dessas populações são variadas e buscam preservar seus espaços de vida para a

<sup>2</sup> Consideramos a denominação de Amazônia Maranhense, fundamentados no dispositivo legal nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953 e na portaria de número 96, de 27 de março de 2008, do Ministério do Meio Ambiente, que estabelece que todos os municípios do Maranhão se localizam na área de influência do bioma da Floresta Amazônica.

reprodução da família em estreitos laços com as dinâmicas naturais nesse espaço de transição entre os biomas do cerrado e da floresta amazônica.

Pretende-se, portanto, neste texto, apontar algumas das características que evidenciam as estratégias utilizadas pelas empresas hegemônicas para se territorializarem nessa região. Mas, por outro lado, identificar também as formas de resistências empreendidas pelas populações locais, as quais querem continuar na terra usufruindo das materialidades e imaterialidades por elas produzidas historicamente em sua relação metabólica com os bens natureza.

### **BREVE CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO TOCANTINA E SUL MARANHENSE**

O oeste do estado do Maranhão ou região tocantina, como é comumente designada pelos órgãos de planejamento estatais e pela população regional, apresenta situações distintas quanto às características naturais e ao processo de ocupação dessa faixa do território brasileiro. Do ponto de vista natural, é uma região com características fitogeográficas de transição, do bioma de cerrado para o de floresta amazônica. O município de Carolina, sul maranhense, localiza-se no contato dessa área de transição, sendo que em direção leste, no sentido de Balsas (MA), a vegetação predominante é a de cerrado com imensos chapadões planos. Enquanto que de Carolina no sentido à Imperatriz, a oeste, atravessando a Chapada das Mesas, adentra-se numa vegetação de florestas, com forte presença dos babaçuais.

Ab'Sáber (2003, p.81) classificou essa parte do território nacional como pertencente à faixa de transição do macrodomínio da Amazônia Brasileira para o de Cerrado. Entretanto, segundo o referido autor, trata-se de um agrupamento de células espaciais:

*“Reconhecido como áreas críticas de posse fundiária e predação de recursos naturais, correspondendo aos setores sul, sudeste e leste do corpo territorial da Amazônia Brasileira. Ou seja, os complexos setores de ocupação caótica e conflitiva que se estendem desde Roraima ao médio Araguaia e médio Tocantins (Guaporé/Rondônia, norte do Mato Grosso, sul do Pará, extremo norte do Bico do Papagaio e oeste maranhense).”*

O povoamento dessa região de transição de biomas também apresenta diferenciações. A ocupação dessa parcela do território nacional teve durante longo período o predomínio da pecuária bovina, atividade que desde o período colonial conduziu a formação sócio-territorial regional, cujo espaço apresentava abundantes pastagens naturais, recebendo por isso a denominação do historiador Capistrano de Abreu (1969) de “Sertão de Pastos Bons”. No povoamento do século XX, entretanto, as diferenciações nas características de ocupação da região tocantina maranhense e seu entorno se tornaram mais evidentes, na medida em que a atração de novos fluxos populacionais e de atividades associadas a pequenos e médios agricultores e criadores de gado se revelou importante para a formação de novas dinâmicas econômico-espaciais. Essa nova etapa de ocupação ganhou maiores dimensões, sobretudo, na segunda metade do século XX com os distintos fluxos de população para a região, predominantemente de origem de outras partes do Nordeste, mas também com as iniciativas de políticas estatais visando ao incentivo ao desenvolvimento de forças produtivas regionais e à formação de infraestruturas capazes de atender uma maior integração do território nacional. Desse esforço de planejamento estatal resultou, dentre outros empreendimentos, a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília e a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-010), ambas as iniciativas ocorridas no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), mas

que avançaram também nos governos nacionais posteriores. Tal movimento de ocupação dessa faixa da hinterlândia centro-norte do Brasil, denominando por Velho (2013) de “Frentes de Expansão”, se caracterizou por expressivo povoamento com incremento demográfico, de posse de terras devolutas, de formação e/ou consolidação de núcleos urbanos e de instalação de sistemas de transportes rodoviários.

Na região tocantina e sul maranhenses, seis municípios se destacam por sua centralidade e pela formação de uma rede urbana regional: Imperatriz, Açailândia, Porto Franco, Estreito, Carolina e Balsas. As quatro primeiras são cidades que se localizam no eixo da Rodovia Belém-Brasília, com maior densidade de povoamento, cuja rede urbana atual possui melhor e maior articulação tanto no âmbito regional quanto nacional. Essa área apresenta grande fluxo de caminhões transportando mercadorias, por ser uma área de entroncamento rodoviário, considerada a “porta” de entrada da Amazônia, tendo em vista ao fato de conectar o centro-sul do país à Amazônia oriental, região de confluência de duas importantes rodovias: a Belém-Brasília (BR-010) e a Transamazônica (BR-230). Enquanto que as cidades de Carolina e Balsas constituem a rede urbana do sul maranhense, sendo que Balsas vem se destacando, nas últimas décadas, por apresentar elevado crescimento de cultivos agrícolas modernizados, especialmente lavouras de soja que se espalham pelos vastos chapadões planos.

As rodovias acima mencionadas também ajudaram no processo de atração de população de outras regiões brasileiras para a Amazônia Maranhense, destacando-se, nesse caso, a importante presença de migrantes, especialmente de estados vizinhos, tais como, Piauí, Bahia e Pará. Mas, também, de população oriunda do antigo norte goiano, onde hoje se localiza o estado de Tocantins. Parte desses migrantes se juntou à população nativa, em particular pequenos agricultores que ocupavam as vastas áreas de terras devolutas nos vales úmidos

maranhenses (HÉBETTE, 2004). Essa população migrante e/ou nativa passa a se dedicar às atividades agrícolas em pequenos roçados, à pecuária de pequena monta e ao extrativismo cuja pequena economia passa a rivalizar, a partir de então, com a pecuária extensiva em grandes fazendas. Os cultivos de arroz passam, do mesmo modo, a ganhar volume de produção e de área ocupada na região tocantina, destacadamente a partir dos anos de 1960.

Velho (2013) aponta que o fluxo migratório de nordestinos de outros estados para o Maranhão, evidenciado ainda nas primeiras décadas do século XX, foi extremamente relevante, e a partir dele avançou no estado a produção agrícola de subsistência e a de arroz, sendo que a rizicultura se estabelece, particularmente, em Imperatriz e municípios vizinhos, atividade que ainda hoje possui importante expressão no contexto produtivo agrícola do estado. Sobre o fenômeno migratório em direção ao Maranhão e o aumento da produção agrícola regional, o referido autor nos esclarece que:

*“Por volta das primeiras décadas do século [XX], iniciou-se uma penetração de nordestinos no Maranhão, em busca de terras e fugindo das secas e das dificuldades de colocação da mão-de-obra no próprio Nordeste. Atravessam o Parnaíba em Teresina e Florianópolis, e a princípio vinham também por mar. Praticavam uma agricultura de subsistência e, em graus variáveis, a do arroz com finalidades comerciais. É uma hipótese plausível que a decadência da exploração da borracha amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção a partir de 1920, o que evitará a interrupção do fluxo de nordestinos que já estava se dando e lhe dará uma nova forma que constituirá um marco significativo nas transformações da exploração agropecuária no Brasil. É também o que emprestará ao maranhão sua feição atual tão marcadamente agrícola.” (p.107).*

A segunda metade do século XX revela-se, portanto, como um momento importante de impulso de modernização do sudoeste maranhense, visto que houve intensificação de fluxos de capital e de pessoas, e o marco de expressivas transformações socioeconômicas e espaciais na região. A abertura da rodovia Belém-Brasília e as políticas de ocupação da Amazônia, a partir de projetos de colonização dirigida e de incentivos à colonização espontânea (HÉBETTE, 2004), representam os principais fatores indutores para o impulso de entrada de capital que se observou nessa área.

Nos anos de 1960 e 1970, os governos militares reforçaram as políticas de povoamento para a região. Essa situação acelerou ainda mais o processo migratório de população em direção às áreas rurais e urbanas, mas também a modernização de atividades tradicionais existentes e a instalação de novas atividades econômicas. A pecuária, atividade tradicionalmente praticada no sudoeste do Maranhão, foi incentivada com melhoramento das pastagens e dos rebanhos bovinos, mas que continuou, nas décadas posteriores a 1960, ainda em bases extensivas. A partir desse período, entretanto, além da venda de gado vivo para outros estados, o plantel de pecuária bovina também passa a ser abatido na própria região, com a instalação de frigoríficos em Imperatriz e Araguaína, esse último, município do antigo norte de Goiás, hoje Tocantins.

O arroz, do mesmo modo, obteve incentivos governamentais (concessão de créditos subsidiados em bancos públicos, incentivos fiscais etc.) para a sua expansão e produção em bases mais modernas. Além de atender aos médios e grandes produtores de arroz locais, os incentivos governamentais também permitiram a instalação de novos produtores de outras regiões. A partir dos anos de 1960, essa permissão ocorreu especialmente com migrantes do Sul e Sudeste do Brasil, destacadamente dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, do Espírito Santo e de Minas Gerais. São esses grupos que passarão

predominantemente a desenvolver tais atividades em condições mais modernas. A rizicultura cuja produção atingia o mercado regional passa também, a partir de então, a ser enviada para o centro-sul do país. Com a construção da rodovia Belém-Brasília, a atividade madeireira, do mesmo modo, ganha impulso, acelerando, assim, o desmatamento local. Nesse sentido, as ações de supressão de madeira das florestas para a comercialização, combinadas com a abertura de áreas para a expansão da pecuária bovina e para a instalação de cultivos de arroz, conduziram a região tocantina maranhense para uma nova fase de ocupação e permitiram mais facilmente o surgimento de novas atividades econômicas as quais ganham vulto nas décadas posteriores.

No início da década de 1990 cresce expressivamente os monocultivos de espécies arbóreas para o abastecimento energético do complexo agroindustrial das siderúrgicas, ocorrendo grande demanda por carvão vegetal. Esse fato contribuiu, sobremaneira, para uma intensa e desordenada substituição da paisagem natural por cultivos monolíticos, tendo como espécie vegetal predominante o eucalipto. Esse processo foi inicialmente capitaneado pela CELMAR (Indústria do ramo de papel e celulose), em um projeto que apenas ficou na fase do plantio de eucalipto, não sendo concretizada a instalação da fábrica de celulose, conforme havia sido planejado inicialmente. Após a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1997, entretanto, a CELMAR foi substituída pela empresa Ferro-Gusa Carajás, grupo econômico que ficaria responsável pela implantação e cultivo de milhares de hectares de eucalipto entre os municípios de Imperatriz e Cidelândia, no Maranhão.

É importante ressaltar que nessa mesma década o mercado de terras, em conformidade com as forças do capital, é intensamente aquecido, aproveitando-se de distintas táticas para a apropriação de terras, através de compra de pequenas propriedades, da grilagem de áreas devolutas etc. Tudo isso, sendo realizado

com o uso da violência a partir da coerção física ou psicológica. Esse avanço dos monocultivos é resultado também dos incentivos governamentais decorrentes do programa de formação dos Polos Florestais da Amazônia Brasileira, implantados durante o Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992). Tal programa, por conseguinte, era parte integrante de outros grandes investimentos na Amazônia Maranhense, envolvendo, especialmente, projetos minero-siderúrgicos e de organização do sistema logístico de transporte ferroviário e portuário destinado ao escoamento, sobretudo, para o mercado consumidor externo (FERREIRA, 2008). Esse período marca definitivamente a inserção da região tocantina maranhense numa nova fase de modernização capitalista, processo que se ampliará também para as áreas do entorno, com destaque para as de cobertura de cerrados do sul do estado, onde se efetivará o crescimento da produção agrícola de grãos, em especial, de soja. Esse movimento modernizador avança também para o sul do Pará, a partir de atividades agropecuárias, madeireiras e mineradoras.

### **A PRESENÇA DA SUZANO PAPEL E CELULOSE E A INAUGURAÇÃO DE UMA NOVA ETAPA DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DE EXPROPRIAÇÃO DE CAMPONESES NA REGIÃO TOCANTINA MARANHENSE**

Os monocultivos de árvores exóticas para uso industrial no Brasil aumentam a passos largos com uma tendência de crescimento de 15% anualmente (SFB, 2012). Sob a denominação de “setor florestal” são desenvolvidos estudos e políticas por órgãos governamentais no sentido de expandir a cadeia produtiva brasileira do agronegócio relacionado ao plantio homogêneo de árvores. Esse setor foi responsável, em 2007, por 3,5 % do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, equivalente a US\$ 10,3 bilhões, sendo o setor de celulose responsável por US\$ 4 bilhões; o de madeira serrada, compensados e produtos de maior valor

agregado, por US\$ 2,9 bilhões; o de móveis, por US\$ 1,05 bilhão e o de ferro gusa produzido com carvão vegetal, por US\$ 1,65 bilhão (SNIF, 2014). Conforme a tabela abaixo, nos anos de 2005 a 2012, a área de plantios homogêneos de espécies arbóreas exóticas no Brasil quase duplica, demonstrando a consolidação desse setor econômico no país.

Ressalta-se que ainda em 2000, o Brasil, já ocupava o posto de quinto maior produtor mundial de celulose (fibra longa e curta), ultrapassado apenas pelos Estados Unidos, Canadá, Japão e Finlândia. Entretanto, no ano de 2012 passou a ser o terceiro maior produtor mundial de celulose entre os produtores integrados<sup>3</sup> e o primeiro entre os produtores que comercializam celulose no mercado (ABRAF, 2013). Esse investimento somente foi possível por causa do amplo apoio creditício de instituições estatais, criando e ampliando linhas de financiamento em todas as magnitudes. Com o intuito de estimular essa atividade econômica, foram criadas várias linhas de investimentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estruturação e fortalecimento do setor silvícola brasileiro.

É nesse cenário que se insere o Grupo Suzano Papel e Celulose, contabilizando 90 anos de existência, e configurando-se como uma das mais convencionais empresas privadas brasileiras que atua principalmente nos segmentos econômicos de celulose de eucalipto, comercializando em 31 países (Suzano, 2012). A Suzano é uma empresa do ramo madeireiro e uma das maiores produtoras verticalmente integradas de papel e celulose de eucalipto da América Latina. A operação da companhia está dividida em três unidades de negócios: Florestal, Celulose e Papel. Em 2010, com a definição de um novo posicionamento estratégico, sua atuação ganhou duas novas frentes: energia

<sup>3</sup> *Produtores Integrados são aqueles que são proprietários das áreas de terras onde são realizados os plantios homogêneos que abastecem suas unidades industriais.*

renovável e biotecnologia<sup>3</sup>. A empresa mantém sede administrativa em São Paulo (SP) e seis unidades industriais – quatro no Estado de 4Paulo (Embu, Limeira e duas em Suzano), uma na Bahia (Mucuri) e outra inaugurada recentemente no município de Imperatriz, no Maranhão (NÓBREGA, 2015).

Tabela 1: Evolução do plantio em área de monocultivos de eucalipto no Brasil (2005 a 2012) – (em Hectares)

UF	EUCALYPTUS (ha)							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
MG	1.119.259	1.181.429	1.218.212	1.278.210	1.300.000	1.400.000	1.401.787	1.438.971
SP	798.522	915.841	911.908	1.001.080	1.029.670	1.044.813	1.031.677	1.041.695
PR	114.996	121.908	123.070	142.430	157.920	161.422	188.153	197.835
BA	527.386	540.172	550.127	587.610	628.440	631.464	607.440	605.464
SC	61.166	70.341	74.008	77.440	100.140	102.399	104.686	106.588
RS	179.690	184.245	222.245	277.320	271.980	273.042	280.198	284.701
MS	113.432	119.319	207.687	265.250	290.890	378.195	475.528	587.310
ES	204.035	207.800	208.819	210.410	204.570	203.885	197.512	203.349
PA	106.033	115.806	126.286	136.290	139.720	148.656	151.378	159.657
MA	60.745	93.285	106.802	111.120	137.360	151.403	165.717	173.324
GO	47.542	49.637	51.279	56.880	57.940	58.519	59.624	38.081
AP	60.087	58.473	58.874	63.310	62.880	49.369	50.099	49.506
MT	42.417	46.146	57.151	58.580	61.530	61.950	58.843	59.980
TO	2.124	13.901	21.655	31.920	44.310	47.542	65.502	109.000
PI	0	0	0	0	0	37.025	26.493	27.730
OUTROS	25.285	27.491	31.588	27.580	28.380	4.650	9.314	18.838
<b>TOTAL</b>	<b>3.462.719</b>	<b>3.745.794</b>	<b>3.969.711</b>	<b>4.325.430</b>	<b>4.515.730</b>	<b>4.754.334</b>	<b>4.873.951</b>	<b>5.102.029</b>

Fonte: Anuário ABRAF. Org.: Nóbrega, M.L.C. - 2015.

A Suzano encontra no Maranhão elevado crescimento de área plantada com monocultivos de eucaliptos (*Eucalyptus* spp). Tal situação permitiu o agravamento do problema de remoção de florestas nativas no estado, tido como um dos que mais removem vegetação natural no território brasileiro. A instalação de empreendimentos capitalistas de relevante exploração de recursos naturais (minerais, florestais etc.), a partir da segunda metade do século XX, resultou em devastação e aumento da

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.jornalalerta.com.br/2012/03/suzano-papel-e-celulose-comemora-20-anos-da-unidade-mucuri/>, acesso em 06 de julho de 2013.

extinção da biodiversidade natural tanto animal quanto vegetal.

Os dados da tabela acima indicam que o plantio de eucalipto no Maranhão, acompanhando a tendência do setor de plantios de árvores homogêneas exóticas no Brasil, em menos de 10 anos duplicou sua área produtiva, atingindo nesse período o total de 209.249 mil hectares. A substituição de ecossistemas naturais por plantios homogêneos contribuiu significativamente para maior supressão de florestas nativas do Cerrado e da Amazônia (NÓBREGA, 2015).

Esse fato favorece para a deturpação do conceito de florestas, conforme afirma o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, em estudo divulgado pela ONG WRM (2010)<sup>5</sup>.

*“A monocultura do eucalipto não pode ser aceita como floresta, posto que não cumpre o ciclo biológico de devolução dos nutrientes tão característico das florestas nativas e é incompatível com a biodiversidade.” (s.p.).*

O referido geógrafo relata ainda que:

*“Diante do rápido crescimento das árvores clonadas, todos os nutrientes exauridos da terra pelas árvores são transferidos e aniquilados no processo industrial da pasta de celulose, num processo tecnicamente conhecido como exportação de campo, deixando para trás as terras devastadas, a paisagem lunar, enormes áreas sobrecarregadas com os tocos mortos”. (s.p.).*

<sup>5</sup> Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/150/opiniao.html#8>>, [http://ambienteja.info/ver\\_cliente.asp?id=160165](http://ambienteja.info/ver_cliente.asp?id=160165)> e <<http://ongcea.eco.br/?p=6315>>, acesso em 03 de setembro de 2013.

Imperatriz foi o município, dentro da região tocantina maranhense, por sua posição estratégica, escolhido para implantação da “maior fábrica de celulose do mundo”, segundo relatam, frequentemente, os meios de comunicação de massa quando tratam desse assunto. A fábrica está localizada, aproximadamente, a 650 km da capital do estado do Maranhão, São Luís, sendo ela ressaltada, no discurso hegemônico da empresa e de alguns moradores locais, como uma planta de referência tecnológica para a produção de celulose. A posição espacial estratégica é vista pela empresa como um importante fator locacional, favorável ao escoamento da produção, a qual é realizada pelos trilhos de mais de 100 km da estrada de ferro operada pela Companhia Vale e, ainda, por 28 km de ramal ferroviário ligando a fábrica até a Ferrovia Norte-Sul (FNS). Esse último trecho, em fase de construção pela Suzano Papel e Celulose, conta com apoio logístico e de incentivos fiscais do município de Imperatriz e, principalmente, do estado maranhense.

O cultivo de eucalipto no Maranhão, em especial na Microrregião de Imperatriz, vem sendo estimulado e expandido desde a década de 1990, como mencionamos anteriormente. Inicialmente isso ocorreu através da CELMAR Indústria Papel e Celulose, empresa que pertencia à então Companhia Vale do Rio Doce, a qual vendeu recentemente, em 2008, aproximadamente 80 mil hectares de plantio de eucalipto para a Suzano Papel e Celulose. Essa, por conseguinte, finalizou as obras da planta de fábrica no segundo semestre de 2013 e foi inaugurada em 20 de março de 2014<sup>6</sup>. Inicia-se, assim, o funcionamento da fábrica de celulose com capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas/ano destinadas, sobretudo, para exportação<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> *Dilma inaugura fábrica de celulose em Imperatriz (MA)*. Disponível: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/03/dilma-participa-da-inauguracao-de-fabrica-de-celulose>, acesso em 21 de março de 2014.

<sup>7</sup> *Informações obtidas em*: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2012/12/03/fabrica-de-celulose-da-suzano-no-maranhao-deve-atender-europa-e-eua.jhtm>, acesso em 20 de junho de 2013.

A empresa Suzano aponta como meta, em seu planejamento estratégico, atingir a ocupação totalizando uma área de 167 mil hectares no estado do Maranhão, já tendo alcançado, em 2015, mais de 50% do total de plantio de eucalipto. Além de atender a essa meta, a empresa, através do programa estatal do Governo Maranhense, denominado “Maranhão Profissional”, já possuía à sua disposição naquele ano mais de 4,5 mil pessoas na região com capacitação técnica. Esses profissionais foram formados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, com destaque para a construção civil, montagem industrial e de serviços. A empresa conta, ainda, com a parceria do Instituto de Educação Federal, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, sendo criado o curso de técnico em celulose cuja disponibilidade de vagas garante 226 ingressantes todos os anos nessa modalidade de formação profissional<sup>8</sup>.

Para a sua instalação, a empresa contou ainda com generosos incentivos fiscais materializados em isenção de impostos (municipal e estadual), subsídios para infraestrutura e apoio logístico (estadual). Aponta-se, como exemplo, nesse último caso, a ampliação do ramal ferroviário que liga a área da planta de fábrica até a Ferrovia Norte-Sul, por onde será realizado o escoamento da produção, e a ampliação de uma estrada vicinal entre a fábrica e a rodovia Belém-Brasília.

O empreendimento em questão conta com investimento industrial da ordem de US\$ 2,4 bilhões e outros US\$ 575 milhões na formação dos plantios homogêneos de eucalipto. A fábrica atenderá, prioritariamente, aos mercados europeu e norte-americano. Sendo projetada para ser referência em tecnologia de ponta, a Unidade de Imperatriz possui duas secadoras e dois fornos de cal, que possibilitam maior flexibilidade operacional, maior estabilidade na produção e maior competitividade.

<sup>8</sup> *Informações obtidas em:* <http://oprogressonet.com/noticiario/14504/politica/2012/9/14/mauricio-macedo-visita-obras-da-suzano-em-imperatriz/> & <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1147154-segunda-maior-cidade-do-maranhao-atrai-fabrica-que-custa-3-vezes-o-seu-pib.shtml>, *acesso em 20 de junho de 2013.*

Para colocar a unidade em funcionamento, a empresa contou com fornecedores de serviços e equipamentos, como Metso, Siemens, Pöyry, entre outros (SUZANO, 2013).

Embora a fábrica de papel e celulose, Unidade de Imperatriz, tenha sido projetada inicialmente para uma capacidade produtiva de 1,5 milhões de toneladas por ano, no ano de 2015, a empresa anunciou a mudança de patamar produtivo, ampliando a capacidade para produzir 4,7 milhões de toneladas de papel e celulose<sup>9</sup>. A produção é enviada para o Porto de Itaqui por meio de ferrovia e de lá segue para o mercado externo. A fábrica localiza-se estrategicamente numa área que facilita consideravelmente a distribuição de celulose produzida aos mercados internacionais, em especial Europa e Estados Unidos.



*Foto 1: Instalações da Planta de Fábrica da Suzano Papel e Celulose no Município de Imperatriz (MA), inaugurada em 2014. Foto: Mariana Leal Conceição Nóbrega, julho de 2015.*

<sup>9</sup> Informação disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,suzano-arruma-a-casa-de-olho-em-consolidacao-imp-,1624750>, acesso em 15 de maio de 2015.

Conforme fartamente noticiado pela empresa em seu sítio, na *internet*, a planta de fábrica em Imperatriz teve “incentivos fiscais de redução de 75% da alíquota de imposto de renda (IR) por 10 anos e depreciação acelerada incentivada (DAI) do imobilizado, conforme Leis 11.196 e 12.712”. Essa última, sancionada em agosto de 2012 pelo Estado nacional. O Governo do Estado do Maranhão, por conseguinte, é parceiro na capacitação técnica de pessoas, através do programa governamental denominado “Capacitar”, cujo objetivo é qualificar pessoas para o trabalho durante as obras da unidade industrial e para o mercado local.

A participação da empresa na região tocantina maranhense não se limita à aquisição de áreas para a expansão da atividade de silvicultura, mas se estende também a incentivos e estímulos para que o cultivo do eucalipto ocorra em terras de produtores locais, através do arrendamento de áreas e/ou da compra da madeira daqueles que plantarem o eucalipto em suas terras para posterior comercialização, sendo esses pequenos, médios e grandes proprietários. Assim, tais produtores, segundo a estratégia da empresa, tornam-se corresponsáveis por parte do abastecimento da unidade industrial da Suzano. Esse programa de parceria na produção de monocultivos arbóreos exóticos funciona sob a forma de duas modalidades de financiamentos, a saber:

*RENDA VERDE* – Destinado a pequenos e médios produtores rurais, os quais recebem financiamento do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia (BASA), enquanto que a assistência técnica e o fornecimento de insumos agrícolas para o plantio ficam a cargo da empresa;

*INVEST VERDE* - Destinado a grandes produtores rurais. Nesse programa também ocorre a prestação de assistência técnica e o fornecimento de insumos agrícolas para o plantio de eucalipto pela empresa ao produtor.

Em detrimento da paisagem original e da redução drástica dos ecossistemas

naturais do cerrado e da floresta equatorial, a “base florestal da fábrica”, como é denominada o plantio monocultor de eucalipto, avança rapidamente no Maranhão, em especial na microrregião de Imperatriz, onde está o empreendimento. O estado maranhense é apontado, segundo discurso dos representantes do agronegócio brasileiro, junto com o Pará, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Piauí como a nova fronteira do eucalipto, sendo considerado como excelente oportunidade de negócios nesse setor de monocultivos, na medida em que nessa grande área são encontradas boas condições para o estabelecimento de um empreendimento econômico. Entretanto, isso ocorre desconsiderando as dimensões ambientais e, principalmente, as humanas.

### **ESTRATÉGIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES AGROEXTRATIVISTAS CAMPONESAS MANTIDAS PELO GRUPO SUZANO PAPEL E CELULOSE NA REGIÃO TOCANTINA MARANHENSE**

A fábrica de papel e celulose da Suzano instala-se nas proximidades do povoado Bacaba, desalojando várias famílias, além de outras dos povoados vizinhos, como é caso de São José da Matança e Esperantina. Ao mesmo tempo em que ocorre deslocamento forçado dessas famílias, a fábrica vem provocando também alteração na vida das populações agroextrativistas locais, na medida em que suas ações modificam de maneira considerável a paisagem original e a diversidade dos ecossistemas locais, reduzindo ou eliminando o acesso de tais populações às áreas de uso comum, onde costumam desenvolver suas atividades produtivas, principalmente associadas à agricultura de autoconsumo e ao extrativismo.

No que diz respeito à aquisição de terras na microrregião de Imperatriz, a Suzano Papel e Celulose impõe suas regras aos proprietários e aos posseiros locais. Cita-se, como exemplo, o caso das quebradeiras de coco do Povoado Petrolina, em

Imperatriz. Com a instalação da empresa na região e a aquisição de terras naquele povoado, as quebradeiras praticamente foram obrigadas a assinar contratos de concessão e uso da terra para poderem realizar a extração do coco babaçu em algumas áreas que tradicionalmente eram utilizadas para atividades extrativistas de maneira comunitária. Prática que é difundida por toda a população do povoado, sendo ela importante para a manutenção do equilíbrio do modo de vida daquelas populações, visto que os moradores revezam o uso extrativo do babaçu e de outros frutos regionais com o trabalho em suas roças. Ou seja, essas populações agroextrativistas sobrevivem da pequena agricultura de autoconsumo e da extração de babaçu, buriti, cajá e outras espécies nativas da região. Com a instalação da fábrica da Suzano e a ocupação desses espaços para a produção de eucalipto, tais usos sofrem sérios riscos de desaparecerem completamente naquela comunidade.

O grupo Suzano adquiriu, especialmente, terras entre os municípios de Imperatriz e Cidelândia, áreas que pertenciam, anteriormente, à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente denominada apenas de Vale. O objetivo dessa empresa, nos anos 1990, era o de possibilitar o abastecimento energético do complexo agroindustrial das siderúrgicas da região de Açailândia, sendo cultivado em larga escala, naquele momento, o eucalipto. No município de Imperatriz, atualmente o cultivo dessa planta ocorre em uma área denominada Estrada do Arroz, onde se localizam os povoados de Esperantina, São José da Matança, Bacaba, Olho D'água dos Martins, Coquelândia, São Felix e Petrolina. Nesses povoados, a Suzano se utiliza de diferentes e variadas formas para aquisição de terras, desde a compra de antigas fazendas especializadas no cultivo de arroz e na criação de gado bovino até a compra de posses de pequenos agricultores. No caso desses últimos, quando vendem ou arrendam suas terras – essa última modalidade, às vezes, desenvolvida em forma de parceria empresa-proprietário/posseiro, com a manutenção do camponês na terra –, eles são obrigados a abandonarem suas formas produtivas e adotarem o pacote agrícola da empresa na tentativa da manutenção de sua sobrevivência. Ou, ainda,

quando vendem a terra, migram definitivamente para o núcleo urbano de Imperatriz e de municípios vizinhos e passam a habitar as periferias pobres das cidades.

Além de Imperatriz, a Suzano, nos últimos anos, também investe em aquisição de terras em outros municípios da região tocantina maranhense, expandindo o cultivo de eucalipto para Açailândia, Cidelândia, Porto Franco e Estreito. Mas também esses cultivos já ocupam vastas áreas de municípios do norte de Tocantins, tais como, São Bento do Tocantins, Augustinópolis, Araguatins e São Miguel do Tocantins. Isso demonstra que o processo de monopolização da terra nessa região se efetiva para a produção de monocultivos de árvores exóticas, com prejuízos irreparáveis para as populações locais, que perdem seus espaços de reprodução da vida, e também para o equilíbrio dos frágeis ecossistemas locais.

No que se refere à relocação das comunidades Bacaba, São José da Matança e Esperantina na denominada Estrada do Arroz, em função da instalação do empreendimento da fábrica de papel e celulose, uma das lideranças do movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu relata sobre os impactos causados nas comunidades com a presença da Suzano na região:

*“Muitas comunidades vão ser destruídas, muitas vão para a periferia, algumas tão sendo a isca, comunidades que tinham onde pescar, onde pegar coco, produto pra fazer artesanato, tudo isso, não tenho dívida, que está se acabando, e outras comunidades também vão se acabar. (...) Só tem terras pra Suzano, Celmar e hoje não temos mais por onde, só tem eucalipto lá; e nosso ciúme é por isso, e eles estão convencendo esses assentamentos a seguir a política deles.”<sup>10</sup>*

<sup>10</sup> Entrevista obtida no âmbito do projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra Desmatamento e a Devastação: Processos de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais, coordenado pelo professor e antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida.

A concentração fundiária empreendida atualmente pelo Grupo Suzano, reflete diretamente nas populações agroextrativistas que perdem seus espaços produtivos e passam a viver de subempregos nas periferias dos centros urbanos, especialmente de Imperatriz, conforme aponta outra liderança da Associação dos Moradores dos Povoados São José da Matança e Bacaba:

*“Comunidade que fica perto da fábrica da Suzano. São muitos problemas de toda ordem, pra transporte de material deles, vai cortar várias comunidades pra ligar a BR 010 até a fábrica da Suzano, tem também a linha de ferro que vai ligar até a fábrica e estão dizendo que a Bacaba vai sair de lá e vocês podem escolher o local que vocês querem que nós vamos construir as casas de vocês todas padronizadas. Eles vão ficar entre a Matança e a Bacaba. Se você for procurar lavrador só se for os velhinhos, porque os jovens estão todos na Suzano e agora começaram a contratar as mulheres. Então, é uma questão muito séria porque as nossas comunidades de agricultor vai se acabar e o tempo de brigar era agora e colocaram umas formações pelo SENAI e colocam o trabalhador fora da sua certificação. O trabalho deles é muito calculado e eu não sei como vai ser. Eles alegaram que essas áreas que eles compraram não era área oriunda de agricultura e não tem como eles cederem pra plantio. Eles alegam que era área de pastagens e não de agricultura.” (Depoimento de liderança local).<sup>11</sup>*

Ainda sobre a situação de relocação das comunidades, o depoimento a seguir de uma liderança do Povoado Bacaba, é revelador quando afirma que,

<sup>11</sup> *Idem*

*“Vamos ter que ser relocado, eles alegam que não temos hábito rural, além de casa queremos terra”.*<sup>12</sup>

A remoção da vegetação original de cerrados e de floresta equatorial causada pela implantação da planta de fábrica de papel e celulose não somente produzirá impacto no desaparecimento dos bens naturais vegetais, como também nas fontes de água, riachos e córregos da região, a exemplo do riacho Cinzeiro que passa nas comunidades da Estrada do Arroz. Mas, sobretudo, significará a perda da identidade das populações agroextrativistas com o seu espaço de vida.

Com a instalação do empreendimento da Suzano, projeta-se também o acirramento dos conflitos agrários na região, envolvendo, de um lado, empresas do agronegócio, madeireiros, grileiros, mineradoras e, de outro, as comunidades camponesas agroextrativistas locais. Esses novos eventos se somam aos antigos, na medida em que essa região já possui um histórico de graves e intensos conflitos entre os representantes do capital e as populações locais. Como forma de resistência ao avanço da Suzano nas terras de várias comunidades locais, observa-se um importante movimento de organização nas associações das comunidades da Estrada do Arroz que se mobilizaram recentemente para a constituição do “Fórum da Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da Estrada do Arroz, reivindicando melhores condições de vida, pavimentação das estradas vicinais, serviços de saúde e de educação, além da manutenção dos seus locais de moradia e dos seus espaços de produção, conforme relatam representantes dessas associações:

*“O grande problema é a compra de áreas de pequenos e médios proprietários. Da Matança até chegar no Rio, a Suzano comprou tudo. Se for falar de impacto é de toda natureza. (...) O riacho Cinzeiro tá todo dentro da área da Suzano. Entre Olho D’Água e*

<sup>12</sup> *Idem*

*o Açaizal é tudo da Suzano. A Suzano precisou de uma pessoa de lá que já conhece todo mundo para articular o povo. Já comprou toda a área do Imbiral.” (Depoimento de liderança local).<sup>13</sup>*

*“Essa história de tirar pessoas da comunidade para colocar em outro lugar me angustia e as pessoas não sabem para onde vão. Quando você perde seu espaço, seu lugar de viver, você perde a vida.” (Liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), de Imperatriz).<sup>14</sup>*

As estratégias empresariais nessa região para a imposição dos monocultivos podem assumir diferentes papéis para as instituições representativas de agricultores familiares e quebradeiras de coco babaçu. Os grandes empreendimentos se utilizam de pequenos investimentos nas iniciativas econômicas sustentáveis das comunidades e das populações agroextrativistas, em contrapartida, obtém extraordinários incentivos e benefícios fiscais do Estado.

*“As empresas tentam ludibriar a população e se articulam com órgãos governamentais a exemplo do ICMBIO e IBAMA. Existe um processo de expansão do eucalipto. No Tocantins existem 60 mil hectares de eucalipto plantado.” (Depoimento de liderança local).<sup>15</sup>*

Além da aquisição de terras realizada pelo grupo Suzano no estado do Maranhão não ocorrer de maneira transparente para a sociedade, há ainda o problema ambiental. A forma pela qual a empresa tratou essa temática com o

<sup>13</sup> *Idem*

<sup>14</sup> *Idem*

<sup>15</sup> *Idem*

governo maranhense possui pouca clareza. É o caso, por exemplo, da concessão do licenciamento ambiental pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. As licenças foram concedidas de forma rápida e ágil. Houve, inclusive, a concessão de renovação de licença para a atividade de instalação da fábrica e de licenças prévias para instalação de um ramal rodoviário e de uma linha de transmissão, conforme foi possível verificar no diário oficial do estado do Maranhão, sendo elas publicadas no mesmo dia da solicitação<sup>16</sup>. Essas práticas colocaram em risco os moradores locais, com grave prejuízo para a fauna e flora regionais, como fica claro no depoimento abaixo:

*“(...) Um dia desses foi um absurdo, saiu mais de duas carradas de coco cru sapecado porque a empresa foi lá e não pagou, disse pro cidadão – ‘eu não vou pagar o coco porque o coco tá cru’ – e, eu fui lá por trás e peguei um coco e peguei a medida assim de três dúzias de coco e parti e o coco era bom, aquilo me deu uma revolta, porque quando você luta é pra conseguir ter uma liberdade, outros lutam para não sair da escravidão, então isso é muito triste (...). O esposo da própria companheira que é quebradeira de coco e ela tem consciência que ela foi capacitada. Para o esposo também já houve capacitação, aí ele diz: - ‘não, eu não vou quebrar coco*

<sup>16</sup> Informação obtida no Diário Oficial do Estado do Maranhão, publicações de terceiros, ano XXXV, nº 221, São Luís, Quinta-feira, 17 de novembro de 2011. No referido jornal, a empresa torna pública a renovação da Licença de Instalação nº 241/2011 para a atividade de fabricação de celulose e papel conforme Processo nº 2020/2011 com validade de 19/10/2011 a 19/10/2013; a Licença Prévia nº 131/2011 para instalação de um Ramal Rodoviário conforme Processo nº 1223/2011 com validade de 09/11/2011 a 09/11/2013; a Licença Prévia nº 132/2011 para instalação da Linha de Transmissão de 230KV conforme Processo nº 1224/2011 com validade de 09/11/2011 a 09/05/2012. Todas as licenças se referem à instalação da planta de fábrica de papel e celulose no município de Imperatriz (MA).

*porque é muito trabalho, eu não quero nem saber desse negócio de quebrar coco, vamos mesmo é queimar porque dá mais dinheiro', aí penso assim: as pessoas deve imaginar que isso aí tá prejudicando a saúde dele, meio ambiente, então eu acho que todo mundo conhece a nossa luta." (Depoimento de liderança local).<sup>17</sup>*

No depoimento acima fica evidente o *modus operandi* dos grupos empresariais que se instalam na região tocantina, como no caso da Suzano Papel e Celulose. Tais grupos tentam a todo custo dividir os membros das comunidades, possibilitando, assim, vantagens para a sua territorialização nos lugares. A Suzano é uma das empresas que adota essa estratégia. Por isso ela consegue mais facilmente, às vezes, adquirir terras de pequenos proprietários, posseiros etc. Em outras situações, a cooptação ocorre oferecendo algumas pretensas vantagens, como a possibilidade de criação de cursos de capacitação técnica para alguns membros da família ou mesmo a possibilidade de trabalho na empresa. Por outro lado, as comunidades se atentaram que o discurso de progresso advindo com a instalação de uma moderna fábrica de papel e de deslocamento de riqueza para a região não convence. Isso porque se observa que a pretensa riqueza é canalizada para alguns poucos grupos econômicos da região ou para os agentes econômicos globais. A maioria da população não consegue ter acesso às benesses da riqueza produzida, ao contrário, frequentemente, é expropriada de seus mais preciosos bens, a terra e os frutos gerados por ela. Por isso, muitas comunidades da região tocantina maranhense, afetadas pela instalação da Suzano Papel e Celulose e por outras empresas hegemônicas, organizam suas formas de luta para a manutenção de seus espaços e de seus modos de vida.

<sup>17</sup> *Entrevista obtida no âmbito do projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra Desmatamento e a Devastação: Processos de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais, coordenado pelo professor e antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida.*

É nesse contexto que atua a referida empresa. Por um lado, ela busca explorar a força de trabalho da população local, a partir dos vários mecanismos utilizados para ter à sua disposição trabalhadores para a fábrica e outros que passam a disponibilizar seu tempo e sua terra para a produção de eucaliptos a serem comercializados com a empresa, cujos preços são definidos por ela própria. Os valores dessas mercadorias, entretanto, são inferiores aos de mercado, situação que leva a uma crescente submissão dos camponeses à lógica da empresa. Por outro lado, ela aproveita também para explorar a riqueza dos recursos naturais como forma de obter mais vantagens econômicas, mas o seu uso desmedido reflete em prejuízos ambientais e sociais para as populações locais, conforme relata Ribeiro Júnior, (2014, p.164) sobre a presença da Suzano na região tocantina maranhense:

*“Destaque-se que o Rio Tocantins tem duas finalidades para a Suzano: a primeira é fornecer a condição necessária para o abastecimento de água: a segunda, mas nem por isso menos importante, é receber os efluentes da referida produção industrial. Notemos que, além de ser uma justificativa locacional (está perto do rio Tocantins), a grande disponibilidade hídrica aparece também como uma justificativa ambiental. Assim, é bem provável que o aproveitamento capitalista do Rio Tocantins afete a economia local, no que tange à redução da quantidade de peixes. A mesma lógica de apropriação do rio Tocantins se aplica ao Córrego Cinzeiro, situado no município de Imperatriz. A requisição da Suzano junto à SEMA, diz respeito à utilização da água subterrânea e superficial do referido córrego para fins de consumo humano e também para fins industriais (inclusive para lançamento de efluentes no referido córrego).”*

Esse processo de pilhagem territorial (e garimpagem dos bens naturais), capitaneado pela Suzano, no Maranhão, demonstra o poder de interferência que uma determinada empresa hegemônica possui quando se instala no lugar. Embora esse grupo empresarial tenha sua gênese no estado na década de 1980, com a instalação da empresa Comércio Agrícola Paineiras, na região do Baixo Parnaíba, a título de realização de pesquisas com eucalipto, sua atuação se amplia ao longo dos anos. Verifica-se, assim, que o objetivo já naquele momento era o de viabilizar estratégias para a monopolização territorial no estado, além de açambarcar as terras na região tocantina maranhense. Esse plano foi confirmado com a efetiva instalação da Suzano no município de Imperatriz em 2014, o que representa, com possibilidade de ainda mais agravamento no futuro, importante perda das terras produtivas utilizadas pelas populações agroextrativistas locais e a desarticulação das formas costumeiras de apropriação desses espaços por tais populações.

### **A QUESTÃO AGRÁRIA E O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO AGROEXTRATIVISTA NA REGIÃO TOCANTINA MARANHENSE**

A região tocantina maranhense foi caracterizada historicamente por inúmeros conflitos associados a propriação da terra, esta capitaneada em sua maior parte por latifundiários, grileiros e pistoleiros. Tal situação levou, frequentemente, à expropriação e dificultou o acesso à terra de milhares de trabalhadores rurais, os quais vêm nas últimas décadas vivenciando processos de luta pela terra e pela reforma agrária, diante do agravamento do problema fundiário. Tal situação se caracteriza pelo embate envolvendo a população camponesa e tradicionais fazendeiros da região, esses últimos personificados, comumente, na figura do coronel. Mas, também avançam as disputas pela posse da terra envolvendo os denominados “empreendedores” do agronegócio, agentes econômicos dos tempos atuais cujas práticas também conduzem à expulsão de populações do

campo. Além disso, tais agentes disseminaram para a sociedade brasileira uma falsa ideologia de modernização, entretanto, o que eles representam, de fato, é o mandonismo local aos moldes dos coronéis do passado (LEAL, 1975).

Asselin (2009 [1982]), que empreende importante discussão sobre a ocupação da região tocantina maranhense no século XX, destaca o papel que teve a grilagem na condução da apropriação fundiária naquela região de terras públicas, processo que se deu com extrema violência por parte de grileiros e com certa anuência do Estado. Nessa direção, esclarece o referido autor:

*“O terror da apropriação indébita e inescrupulosa das terras maranhenses iniciada na década de 1960 foi cruel e sem piedade” (p.11).*

*“(...) Incorporar as terras livres do Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista tornou-se uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo governo, a partir da década de 1960”. (p.31)*

Continua o referido autor,

*“Em outubro de 1968, o governador José Sarney criou a Delegacia de Terras em Imperatriz (...) Tinha como objetivo disciplinar a ocupação e titular as áreas, transferindo o domínio público para o domínio privado. Com esse acontecimento, estourou de verdade a problemática da grilagem. Sua atuação veio posteriormente, pela Lei das Terras nº 2.949 de 17.6.69, do Estado do Maranhão, promulgada pelo decreto 4.028, de 28.11.69, que manifestava, obviamente, seu propósito de entregar o território maranhense às empresas e fazendeiros de fora, mediante a criação das sociedades anônimas”. (p.37)*

Em concordância com o autor acima, acredita-se que a grilagem de terra na Amazônia Legal não representa um fato isolado ou, menos ainda, uma “ação nefasta de maus brasileiros”, mas faz parte de um modelo econômico, de uma estrutura sócio-política que se perpetua a longo tempo. A grilagem de terras no Brasil é um problema estrutural e, por ser de ordem estrutural, é planejada e estimulada, como novamente nos faz lembrar Asselin (2009 [1982]).

Nesse contexto, a ocupação e uso da terra constituem-se em uma das maiores problemáticas da referida região maranhense, por isso é lugar de atuação de inúmeros movimentos sociais, que utilizam diversas estratégias para garantir o direito dos trabalhadores e trabalhadoras de produzirem e tirarem da terra a sua sobrevivência, tentando garantir, assim, uma vida digna no campo. Essa ação de organização e luta pela terra, em muitos momentos, torna-se uma discussão polêmica na sociedade, na proporção em que muitas forças políticas colocam-se contra e disseminam nos meios de comunicação uma visão negativa sobre a organização popular no campo. Apesar disso, muitas conquistas foram garantidas, através das inúmeras ocupações de terra, das mobilizações, marchas e negociações envolvendo os trabalhadores rurais. Ao longo desse processo, muitas terras foram ocupadas e muitos assentamentos de reforma agrária foram conquistados, principalmente nas três últimas décadas.

Rivalizando com a expansão do agronegócio (pecuária, agricultura conservadora moderna e monocultivos de espécies vegetais arbóreas exóticas), ocorre na região tocantina maranhense a intensa presença de atividades agroextrativistas desenvolvidas por famílias camponesas que habitam as parcelas de terras nos vales úmidos, denominados baixões ou baixios. Por se tratar de uma área de transição dos cerrados para a floresta equatorial, verifica-se uma enorme variedade de ecossistemas associados aos dois biomas (cerrados e floresta equatorial). A população que se dedica a essas atividades habita, especialmente,

os baixões, os quais, com frequência, são os lugares mais úmidos do que os dos platôs planos, esses denominados de gerais ou chapadas. Os baixões apresentam vegetação mais densa e solos mais férteis para agricultura, enquanto que os gerais contêm solos alcalinos cuja prática da agricultura ocorre quando se faz a correção da acidez utilizando-se de calcário.

No trecho entre o município de Estreito e Imperatriz encontra-se um grande número de povoados, nos quais habitam as populações que se dedicam ao trabalho em pequenos roçados ou ao extrativismo, com destaque, nessa última atividade, para a exploração do coco de babaçu, importante planta cujo uso é bastante diverso e com a qual os moradores da região mantêm importante relação que vai além da garantia do sustento econômico da família a partir da extração do coco, mas extrapola para a interação com o universo simbólico das comunidades locais. Nessa área da Amazônia Maranhense, o babaçu representa a construção e a manutenção de um modo de vida dos camponeses.

Após o período dos governos militares, a região tocantina no estado maranhense vivenciou, a partir de meados dos anos de 1980, intensas disputas pela terra e também com os grupos que dominavam as estruturas dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Essas disputas dentro dos sindicatos envolveram novas lideranças de trabalhadores e trabalhadoras rurais e os denominados “pelegos” que ocupavam os espaços dos sindicatos, mas não representavam os anseios e as necessidades de amplos setores do campesinato maranhense. Nesse sentido, a partir da conquista dos cargos diretivos nos sindicatos, por novos representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, iniciou-se um processo de reestruturação política e organizacional das bases sindicais, especialmente entre os trabalhadores rurais do município de Imperatriz. Essa experiência se reproduziria, posteriormente, também em outras regiões maranhenses e do norte de Tocantins. Essa última denominada popularmente

de “Bico do Papagaio”, onde ocorreram importantes embates entre as forças armadas dos governos militares e os grupos militantes de esquerda.

No período da década de 1980, também foi criado no Maranhão, por um grupo de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU/MA. Essa entidade, com forte viés ambientalista e agroextrativista, passa a desenvolver práticas educativas com os agricultores locais com o objetivo de contribuir com o processo de construção de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico. O CENTRU/MA voltou-se, especialmente, para a educação, capacitação, formação e assessoria político-pedagógica, técnica e jurídica aos trabalhadores agroextrativistas. Nele, considerava-se, como princípio pedagógico, a metodologia participativa e construtivista, as relações de gênero, gerações e etnias, a participação ativa, crítica e propositiva na área das políticas públicas e na de preservação e de conservação das diversas comunidades agroextrativistas e do ambiente natural da região.

A referida entidade desenvolveu o projeto Escola Sindical Padre Josimo Tavares, realizado entre 1988 e 1990, sendo considerado como um importante instrumento para o desencadeamento de ações de formação sindical. Esse fato produziu o levante do movimento pró-reforma agrária no estado do Maranhão, principalmente porque, naquele momento, a maioria dos trabalhadores rurais continuava não possuindo acesso à terra. Diante de tal situação, foram organizadas dezenas de ocupações de terras, dando origem a 71 (setenta e um) Projetos de Assentamentos, distribuídos, sobretudo, na região oeste do estado (HISTÓRICO DO CENTRU/MA, 1996).

Após a luta pela conquista da terra, o CENTRU/MA e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais desenvolveram na região tocantina ações buscando a organização da produção nas áreas de assentamento e a manutenção de pequenas

propriedades familiares. A organização dessa produção teve início com o estabelecimento de 174 (cento e setenta e quatro) Grupos de Produção de Base (GPBs), sendo que cada GPB possuía, em média, de 10 (dez) a 15 (quinze) famílias. Os GPBs constituíam-se de famílias que se reuniam a partir de suas aptidões produtivas e desenvolviam coletivamente uma atividade agrícola de sua escolha. (HISTÓRICO DO CENTRU/MA, 1996).

Nos anos de 1990, o CENTRU/MA intensificou a formação e capacitação de lideranças associativistas/cooperativistas tendo como horizonte a expansão do ideal cooperativista no estado. Nessa mesma época, a discussão da questão ambiental também obteve relevância nas atividades das cooperativas, sindicatos e associações, principalmente pelo fato das queimadas descontroladas terem destruído grandes áreas que foram plantadas com culturas permanentes. Isso fez com que o movimento social agrário da região refletisse sobre essa questão com maior profundidade.

Já em meados dos anos 2000, a partir da necessidade de profissionalização e tecnificação da produção agroextrativista, o CENTRU/MA elaborou e implementou a proposta de educação popular direcionada para jovens e adultos camponeses e quebradeiras de coco, criando, então, a Escola Técnica Agroextrativista – ETA. Esse espaço educativo, não formal, atuou intensamente no processo direto de capacitação profissional, versando sobre temas imprescindíveis à construção de um modelo cooperativista solidário e sustentável – como o associativismo/cooperativismo – sob o prisma da economia solidária, sindicalismo, diversidade sociocultural, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, agroecologia, políticas públicas e temas específicos voltados à produção familiar agroextrativista.

Todo esse processo desencadeado no sudoeste maranhense refletiu nas estratégias de camponeses agroextrativistas buscando meios objetivos de

sobrevivência e adaptação diante da expansão do capitalismo materializado nos grupos hegemônicos de grandes empreendimentos econômicos. Portanto, as organizações e entidades de assessoria, associativas e de representação dos camponeses agroextrativistas e das quebradeiras de coco, têm um papel importante na definição das políticas públicas, na orientação para a sua aplicação, e definição de qual o modelo de desenvolvimento mais adequado a sua realidade. Nesse sentido, as diversas formas associativas assumem um papel fundamental, demonstrando a eficácia das ações e os avanços organizativos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, bem como sua resistência e sobrevivência diante das pressões sofridas a partir da ação dos representantes do capital.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de uma realidade recente de modernização do campo brasileiro, fortemente embasada nos fluxos empreendidos pelo capital no mundo e no Brasil, a região tocantina maranhense segue o caminho traçado pelo capitalismo monopolista mundial (OLIVEIRA, 2002). Ou seja, representado, nesse caso, pelos grandes empreendimentos econômicos, a exemplo da atuação da empresa Suzano Papel e Celulose S.A., a partir da implantação de sua planta de fábrica na microrregião de Imperatriz. O poder econômico dessa e de outras empresas, que se materializa na posse de grandes extensões de terra e no uso intenso de recursos naturais, vem provocando a expropriação das populações camponesas agroextrativistas, as quais perdem seus espaços de produção e reprodução da vida diante do avanço do agronegócio, tanto dos monocultivos agrícolas predominantemente para exportação quanto florestais.

Esse avanço do capital monopolista não ocorre sem que o Estado participe ativamente desse processo com a atuação de políticas públicas para atender às demandas de determinados grupos econômicos. Isso se verificou com a

disponibilização de diversos incentivos fiscais, créditos financeiros subsidiados, mas também com a implantação de infraestrutura voltada, especialmente, para dar garantia à instalação e manutenção dos empreendimentos empresariais associados à produção de mercadorias destinadas, sobretudo, ao mercado consumidor externo. Tais empreendimentos, por sua vez, se apropriam das riquezas dos lugares sem que ocorram contrapartidas econômicas, sociais e ambientais verdadeiramente satisfatórias para as populações locais, a exemplo, novamente, do que vem ocorrendo com a instalação da Suzano na região. O reflexo de tudo isso se constata no aumento da expropriação dessas populações e nos impactos ambientais em escala crescente na região.

Observa-se, nesse sentido, que a expansão da plantação de eucalipto em vastas áreas e a instalação do complexo agroindustrial e de infraestrutura criado no seu entorno tem gerado rapidamente uma ampla transformação do modo de vida das populações camponesas agroextrativistas da região tocantina. Esse processo, entretanto, não acontece sem que haja resistência por parte das populações agroextrativistas locais. Ao perceberem os riscos que correm de perderem suas terras e verificarem a ameaça da alteração dos seus modos de vida, tais populações lançam mão de distintas estratégias de resistência. Essas vão desde a organização e a institucionalização social, através da participação em movimentos sociais organizados, até a readaptação de sua forma de produção, a exemplo do que ocorre com a incorporação de técnicas produtivas de bases mais sustentáveis, ensinadas para os pequenos agricultores locais. Além disso, essas novas alternativas de combate à lógica homogeneizante empresarial mesclam-se com formas tradicionais de uso e aproveitamento das riquezas naturais do território, como é o caso da luta das quebradeiras de coco que se organizam para a manutenção e livre acesso aos espaços de extração do coco

de babaçu. A luta dessas mulheres, inclusive, já se evidencia nas conquistas institucionais obtidas atualmente, como é possível verificar com a promulgação da denominada “Lei do Babaçu Livre”<sup>18</sup>, aprovada em alguns municípios da região tocantina maranhense e de estados vizinhos. Tal reivindicação é antiga desse movimento social e passa a se concretizar a partir da instalação desses sistemas normativos estatais. Isso vem proporcionando a manutenção dos modos de vida tradicionais dessas populações, mantidos pelo acesso livre às matas de babaçu, ainda que a preservação desse direito costumeiro seja permeada por diversos conflitos envolvendo fazendeiros e as quebradeiras de coco babaçu. Essas lutas reivindicatórias, entretanto, acontecem também envolvendo outras comunidades tradicionais agroextrativistas, como é o caso das populações quilombolas e indígenas habitantes da região.

<sup>18</sup> *Várias leis foram promulgadas tratando da questão do uso e/ou acesso livre aos babaçuais em municípios da região tocantina maranhense e de seu entorno. Essas conquistas estão associadas às lutas empreendidas pelo movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Nas últimas duas décadas foram aprovadas as seguintes leis: Lei Municipal nº 007/ 1997, que “dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de Lago do Junco no Estado do Maranhão e dá outras providências”; Lei Municipal nº 32/ 1999, que “dispõe sobre a proibição de derrubada de palmeiras de babaçu no município de Lago dos Rodrigues no Estado do Maranhão, e dá outras providências”; Lei Municipal nº 255/1999, que “dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de Esperantinópolis no Estado do Maranhão, e dá outras providências”; Lei Municipal nº 319/2001, que “dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras no município de São Luís Gonzaga, e dá outras providências”; Lei Municipal nº 001/2003, que “dispõe sobre a proibição de queimadas desenfreadas, a derrubada de palmeiras de babaçu e sobre a preservação da área ribeirinha no município de Praia Norte, e dá outras providências”; Lei Municipal nº 306/2003, que “dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de Axixá do Tocantins, e dá outras providências”; Lei Municipal nº 1.084/2003, que “dispõe sobre a proibição da derrubada de babaçu no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, e dá outras providências”; Lei Municipal nº 934/2004, que “dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, e dá outras providências”.*

Situação semelhante ocorre com as resistências empreendidas pelas populações agroextrativistas para combater as ações de grileiros e de fazendeiros que historicamente concentraram a propriedade da terra na região. A formação do CENTRU/MA e a retomada dos sindicatos de posse de dirigentes frequentemente aliados aos fazendeiros locais se insere dentro dessa perspectiva de organização dos trabalhadores rurais. O avanço de monocultivos agrícolas e de árvores exóticas – sobretudo desses últimos com a instalação da fábrica de papel da Suzano, em Imperatriz –, vem permitindo às populações agroextrativistas reforçarem suas formas de organização de luta ou de se aglutinarem em busca de novas estratégias capazes de garantir a resistência diante dos novos desafios apresentados pelos agentes econômicos que se apropriam e/ou monopolizam os espaços cujas riquezas naturais são essenciais para permanência dessas populações.

Esses dois movimentos contraditórios – um que busca a monopolização do território pelos grupos empresariais nacionais e transnacionais, e o outro de resistência manifestado pela atuação das populações com fortes identidades com os seus lugares de reprodução da vida – são indicativos de que a região tocantina maranhense continuará sendo foco de disputas pela posse da terra e de seus bens naturais. Nesse contexto de modernização capitalista, evidenciado no texto, cuja presença da Suzano é mais um ingrediente, é certo que não somente permanecerão as velhas formas geradoras de conflitos, como também outras se projetam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAF (Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas). (2013). **Anuário Estatístico** - ABRAF 2013. Ano Base 2012. Brasília.
- ABREU, J. Capistrano de. (1969). **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet.

- AB'SÁBER, Aziz. (2003). **Os domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. (2012). **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção”**. In: versão impressa ISSN 0103-4979 Cad. CRH vol.25 no.64, pp. 63-71, Salvador, jan./abr.
- ALVES, Vicente E. L. (2012) **A presença das grandes empresas do agronegócio nos cerrados nordestinos: o caso da Bunge Alimentos no sul do Piauí**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, pp. 241-261.
- \_\_\_\_\_. (2014). **Región Centro-Norte de Brasil: Dinámicas Territoriales Recientes en el Campo y en la Ciudad**. Cuadernos de Geografia, v. 23, pp. 47-60.
- ARAÚJO, Helciane de F. Abreu. (2010). **Memória, Mediação e Campesinato: As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense**. Manaus: UEA Edições.
- ASSELIN, Victor. (2009 [1982]). **Grilagem, Corrupção e Violência em Terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes.
- BECKER, B. K. (1982). **Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2004). **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- BRASIL, Serviço Florestal Brasileiro – (SFB). (2014). **Boletim Informativo Extração Madeireira 2012**. Sistema Nacional de Informações Florestais SNIF/Produção Florestal/Extração Madeireira – Boletim 1.
- FERREIRA, Antônio J. de A. (2008). **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. (2005). **Amazônia, Amazônias**. São Paulo:

Contexto.

- \_\_\_\_\_. (org.). (2008). **Os cerrados vistos por seus povos: o agroextrativismo no cerrado**. Goiânia: CEDAC/PRAC.
- HAESBAERT, Rogério. (2004). **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HÉBETTE, Jean. (2004). **Cruzando Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. 1, Belém: Editora UFPA.
- HISTÓRICO do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. (1996). Imperatriz/MA: CENTRU.
- IBÁ. Indústria Brasileira de Árvores. (2014). **Dados & Fatos**. Disponível em <http://www.bracelpa.org.br/web/pt/dados-fatos/>, acesso em 15 de setembro de 2014.
- LEAL, Victor Nunes. (1975). **Coronelismo, Enxada e Voto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- MARX, Karl. (1986 [1964]). **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 6ª Edição. Editora Paz e Terras S/A. São Paulo.
- MELO, Neli Aparecida de. (2006). **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume.
- NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. (2015). **Enfrentando a Sucuri Verde: Resistência Camponesa e o Território de Uso Comum – O Caso das Comunidades Agroextrativistas na Amazônia Maranhense**. Dissertação de Mestrado. Unicamp: Campinas, São Paulo.
- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. (2005a). Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 3. **Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz**. São Luís.
- \_\_\_\_\_. (2005b). Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 6. **Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz**. São Luís.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (2002). **A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, pp.63-110.
- \_\_\_\_\_. (2005). **BR-163 – Cuiabá-Santarém: Geopolítica, Grilagem, Violência e Mundialização**. In: TORRES, Maurício (org.). *Amazônia Revelada: Os Descaminhos ao Longo da BR-163*. Brasília: CNPq, pp. 67-185. Texto encontrado para download em: <http://centrode memoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf>.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. (2014). **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano papel e celulose no Maranhão**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.
- SANTOS, Milton. (1994). **O Retorno do Território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de & SILVEIRA, M.L. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR.
- \_\_\_\_\_. (2003 [1979]). **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (2006). **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M. & ANDRADE, M.P. (2009). **Fronteiras: a expansão camponesa na pré Amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA.
- SUZANO PAPEL E CELULOSE. (2014). **Suzano Papel e Celulose Inaugurou Fábrica em Imperatriz**. Disponível em <http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/suzano-na-imprensa-detalhes-216.htm>, acesso em 21 de março de 2014.
- SUZANO PAPEL E CELULOSE. (2012). **Relatório de sustentabilidade**. Suzano Papel e Celulose.
- THOMPSON, E. P. (1998.). **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia da Letras.
- VALVERDE, Orlando e FREITAS, Tácito. (1982). **O problema florestal da Amazônia**

**brasileira.** 1ª ed. Petrópolis: Vozes.

VELHO, Otávio Guilherme. (2013). **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** 3ª. Edição. Manaus: UEA Edições.